

A dialética da crise econômica nas seções II e III do livro III d'O *Capital* de Marx

Fernando Frota Dillenburg♦

Resumo: No presente artigo a crise do capital é exposta seguindo o método dialético utilizado por Marx. A queda tendencial da taxa de lucro seria uma forma abstrata e superficial de compreender a crise econômica, uma vez que esta tendência não indica o momento da crise. Este momento é determinado pela queda da massa de lucro, que decorre, por sua vez, da plethora do capital, ou seja, do excesso de capital em operação. A atividade excessiva do capital provoca uma elevação da demanda por força de trabalho, reduzindo o desemprego e aumentando, com isso, o poder de barganha dos trabalhadores para conquistar melhores salários. Quando o aumento dos salários não é compensado pela magnitude da acumulação do capital há a diminuição da massa de lucro, o que torna injustificável, do ponto de vista do capital, a realização de novos investimentos produtivos. Eis o momento da crise. A acumulação do capital é interrompida quando os capitalistas deixam de investir. Esta concepção da crise demonstra que o capital é incapaz de suportar, de maneira generalizada, a redução do desemprego e a elevação dos salários. Em outras palavras, quando a classe trabalhadora começa a melhorar suas condições de vida, o capital entra em crise. Para superar a crise, o capital freia a acumulação, força a falência de empresas, demite trabalhadores, reduz os salários, para, com isso, recuperar a curva ascendente da massa de lucro, seu único objetivo. A solução da crise, no entanto, não ocorre sem conflitos. As demissões em massa e a redução dos salários acentuam as contradições entre as classes, pois representam um retorno ao princípio que fundamenta o capitalismo desde a sua origem, a separação violenta entre os trabalhadores e os meios de produção indispensáveis à produção de sua sobrevivência. Por isso, a violência originária contida nas demissões em massa faz das crises do capital momentos privilegiados para a superação deste modo de produção baseado no lucro.

Palavras-chave: Marx. O Capital. Crise.

THE DIALECTICS OF THE ECONOMICS CRISIS IN THE SECTIONS II AND III OF BOOK III OF THE CAPITAL BY MARX

Abstract: The crisis of capital is approached in this article following the dialectical method used by Marx. The falling trend of the profit rate would be an abstract and superficial way of understanding the crisis, since this trend does not point out the very moment of the crisis itself, which is determined by a falling of the profit mass, which in turn results from the excess of circulating capital. Excessive capital activity causes a rise in labor demand, reducing unemployment and thereby increasing the bargaining power of workers to earn better wages. When the rising of wages is not offset by the volume of capital accumulation, a decrease of the profit mass occurs, and makes unjustifiable, from the point of view of capital, to make new productive investments. This is the very moment of the crisis. Capitalists stop investing. This conception of crisis shows that capital is unable to bear the reduction of unemployment and the increase of wages. When the working class begins to improve its living conditions, the capital goes into crisis. In order to overcome this crisis, then capital compels the bankruptcy of companies, dismisses workers, reduces wages, and thereby regains the upward curve of profit mass, its sole objective. The solution to the crisis, however, does not occur without conflict. Mass layoffs and wage reductions do stress the contradictions between classes, since they represent a return to the principle that underlies capitalism from its origin: the violent separation between the workers and the means of production which are essential for the production of their survival. For this reason, the original violence contained in the mass layoffs makes capital crises privileged moments for overcoming this profit-based mode of production.

Keywords: Marx. The *Capital*. Crisis. Profit Rate. Profit Mass.

♦ Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ffrotadillenburg@gmail.com.

Ao descrever de modo tão acertado e (...) de modo tão benévolo aquilo que o autor chama de “meu verdadeiro método”, o que descreveu ele senão o método dialético? (MARX, Posfácio da Segunda Edição de *O Capital*)

Introdução

O trecho citado em epígrafe, no qual Marx concorda com a caracterização da dialética feita por um autor anônimo em uma resenha crítica a *O Capital* publicada no jornal russo *Correio Europeu*, torna inegável a filiação de Marx ao método dialético. Dois parágrafos a frente desta citação, a referência à dialética é ainda mais explícita: “(...) por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta”. (MARX, 1985, p. 20)

Mas, afinal, no que consiste a dialética para o autor d’*O Capital*? Nos parágrafos finais do Posfácio, depois de criticar o misticismo contido na dialética hegeliana, Marx afirma que

em sua configuração racional (a dialética) é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desapareção inevitável. Porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária. (MARX, 1985, p. 21)

Se na configuração irracional, idealista, hegeliana, a dialética não significava um horror para a burguesia, pois expressava a transição do feudalismo para o capitalismo, em sua configuração racional, marxista, a dialética passou a ser um instrumento para expressar as possibilidades contraditórias de superar o capitalismo. Nessa forma racional, não poderia deixar de ser um horror para a burguesia.

Nesse sentido, Marx afirma que seu propósito com *O capital* não é nada mais do que “expor adequadamente o movimento real (...), espelhar idealmente a vida da matéria” (MARX, 1985, p. 20), matéria essa representada nas relações sociais antagônicas entre burguesia e proletariado, em todas as suas determinações estruturais e superestruturais. O método dialético é utilizado por Marx com o objetivo de expor as contradições de classes contidas de maneira imanente na sociedade capitalista.

Considerando, então, *O Capital* a partir da intenção exposta pelo próprio autor de maneira clara neste Posfácio, isto é, considerando *O Capital* como uma obra dialética e, portanto, crítica e revolucionária, é necessário buscar captar o movimento exposto desde o “entendimento positivo do existente” até “o entendimento da sua negação”, ou seja, é preciso considerar as formas mais aparentes, ilusórias, superficiais, para depois superá-las pelos fundamentos mais profundos e ocultos atrás daquelas formas. Seguindo essa perspectiva interpretativa, não encontraremos em *O Capital* categorias lógicas estanques, mas categorias imersas, como diz Marx, em um “movimento repleto de contradições, (o movimento) da sociedade capitalista” (MARX, 1985, p. 21). Para compreender, portanto, o movimento real através da exposição feita em *O Capital*, é necessário, conforme o próprio autor indica no Posfácio, “apreender cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório”. (MARX, 1985, p. 21)

É nesse sentido que pretendemos analisar a crise econômica nas seções II e III do Livro III. Para tal, as afirmações de Marx não podem ser essencializadas, sob pena de tomar o falso como verdadeiro, considerar uma análise parcial como se fosse a totalidade. O fundamental é, antes de tudo, captar, no próprio movimento expositivo, os momentos negativos nos quais são superadas as afirmações anteriores, ainda superficiais, ou, nas palavras de Marx, afirmações pobres em determinações. Nosso objetivo neste texto é buscar expor este movimento negativo (contraditório) da crise do capital.

Contradições que conduzem à queda da taxa de lucro – formas ainda indeterminadas

À primeira vista, a crise aparece como consequência da tendência à queda da taxa de lucro. Veremos, no entanto, que isto consiste apenas num aspecto superficial da análise da crise, consiste numa primeira aproximação do objeto a ser analisado, permanecendo ainda em um elevado grau de indeterminação.

Começemos, seguindo Marx, por estas formas mais indeterminadas. Para demonstrar a tendência à queda da taxa de lucro, Marx expôs, na seção II do Livro III, a maneira pela qual as diversas taxas de lucro das diferentes esferas produtivas se equalizam numa taxa de lucro média. Esta equalização resulta do movimento do capital, que se retira de uma esfera com baixa taxa de lucro para lançar-se em outra que proporciona lucro mais elevado. (MARX, 1985, p. 143)¹

O capital, enquanto valor que se autovaloriza, migra de uma esfera produtiva para outra em busca de maiores taxas de lucro.

Mediante essa contínua emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme suba ou desça a taxa de lucro, ele ocasiona tal relação entre oferta e procura, que o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo e, por isso, os valores se transformam em preços de produção. (MARX, 1985, p. 143)

Se todas as esferas produtivas acabam realizando uma taxa de lucro média semelhante, isso não significa que em todas elas a produção de mais-valia e a conseqüente massa de lucro se equivale. As esferas menos desenvolvidas tecnologicamente (esfera I na tabela abaixo) produzem maior massa de mais-valia em relação ao capital

¹ Se no século XIX esse movimento do capital já era possível, a partir do século XX seu ritmo acelera por meio das aplicações financeiras nas bolsas de valores em todo o mundo. Nesse sentido já observava Marx: “a contínua equalização das contínuas desigualdades realiza-se tanto mais rapidamente quanto mais móvel for o capital, isto é, quanto mais facilmente puder ser transferido de uma esfera e de um lugar para outro”. (MARX, 1985, p. 143)

total aplicado, quando comparados às esferas mais desenvolvidas do ponto de vista tecnológico (esfera III na tabela abaixo). Isso ocorre porque as esferas menos desenvolvidas têm maior proporção do único elemento do processo de trabalho que produz mais-valia, a força de trabalho. No entanto, os capitalistas destas esferas menos produtivas não conseguem se apropriar de toda a massa de mais-valia produzida pelos trabalhadores por eles explorados. Parte desta mais-valia é transferida para os setores mais desenvolvidos tecnologicamente, conforme tabela a seguir extraída do capítulo IX do Livro III.

Tabela 1: Transformação do valor em preço de produção e formação de uma taxa média de lucro entre três diferentes setores produtivos

Capitais	Mais-valia ²	capital constante consumido	Valor	Preço de custo	Taxa média lucro	Preço de produção	Diferença preço - valor
I.60c+40v	40	51	131	91	20%	111	-20
II.85c+15v	15	40	70	55	20%	75	+5
III.95c+5v	5	10	20	15	20%	35	+15

No exemplo da tabela, a esfera I, menos produtiva, deixou de se apropriar de metade de sua mais-valia (-20 última coluna da tabela), que foi transferida para as demais esferas mais produtivas (5 para a esfera II e 15 para III última coluna da tabela). Estes valores (5 e 15) são denominados por Marx de mais-valia extra ou extraordinária, por serem apropriados por esferas nas quais não foram produzidos.

Caso as mercadorias fossem, de fato, vendidas pelo seu valor (131 na esfera I, 70 em II e 20 em III na tabela), os setores mais atrasados tecnologicamente se apropriariam de uma massa de mais-valia maior em proporção ao capital aplicado, isto é, obteriam uma

² Marx abstrai aqui a possibilidade de aumentar o grau de exploração da força de trabalho, atribuindo a taxa de mais-valia (= mais-valia/capital variável) de 100% para as três esferas. Assim, para cada hora necessária para reproduzir a força de trabalho, esta produz uma hora de mais-valia.

taxa de lucro³ mais elevada em relação aos setores mais avançados (40% em I, em comparação com 15% em II e 5% em III).

No entanto, nesse momento da exposição do Livro III (Seção II), Marx supera o pressuposto teórico estabelecido nos dois primeiros livros baseado na venda das mercadorias pelo valor, (a soma do capital constante consumido, do capital variável e da mais-valia). Aqui Marx vai admitir que, na prática, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, mas são vendidas pelos preços de produção (a soma do preço de custo e do lucro médio).⁴

Desse modo, por meio da concorrência intercapitalista que ocorre na instância da circulação, responsável pela transformação dos valores das mercadorias em preços de produção, as esferas mais atrasadas tecnologicamente perdem parte da mais-valia produzida por seus trabalhadores, que é transferida para as esferas mais desenvolvidas tecnologicamente. A consequência disso é que as esferas menos desenvolvidas não se apropriam de toda a mais-valia produzida por seus trabalhadores, pois parte dessa mais-valia é transferida às esferas mais desenvolvidas. Estas últimas, que produzem com um valor menor e, conseqüentemente, com uma taxa de lucro inferior ao lucro médio, são, portanto, beneficiadas pela transferência da mais-valia extra, uma mais-valia que provém de outras esferas tecnologicamente menos desenvolvidas. Essa transferência de mais-valia extra eleva a taxa de lucro das esferas mais desenvolvidas e reduz a taxa de lucro daquelas menos desenvolvidas, equiparando-as numa taxa média de lucro.

Marx adverte que o referido fenômeno da transferência da mais-valia extra de um setor para outro, fenômeno que ocorre no mercado e é responsável pela formação dos preços de produção, não nega a teoria do valor-trabalho à qual o autor se filia, mas a confirma, pois nenhum valor novo é criado no mercado. Como se vê

³ Taxa de lucro = mais-valia / capital total aplicado

⁴ Preço de custo = capital constante consumido + capital variável

Lucro médio = taxa média de lucro x capital aplicado na esfera / 100

na última coluna da tabela, o valor de 20 perdido pela esfera I é transferido, em sua totalidade, para as esferas II e III. O valor já criado na instância da produção é apenas transferido na instância da circulação de um setor produtivo para outro. Apesar do valor não se realizar em cada esfera particular, ele se realiza em sua totalidade, o que significa, dialeticamente, que, ao não se realizar o valor se realiza.

Esses fenômenos da transferência de mais-valia extra e da formação dos preços de produção, que provocam a equalização da taxa de lucro, fenômenos, portanto, totalmente interdependentes, aparecem, nesse momento da exposição, como impulsionadores do desenvolvimento tecnológico. Os capitalistas, especialmente aqueles da esfera I na tabela acima, percebendo o elevado preço de custo em relação ao preço de produção, procuram reduzir o primeiro, reduzindo, com isso, o próprio preço de produção, ou, como diz Marx, reduzindo o “trabalho vivo de modo geral”, substituindo os trabalhadores por meios de trabalho, ou, o que é o mesmo, investindo em novas tecnologias para reduzir o valor das mercadorias, a quantidade de trabalho necessária para produzi-las.

Resumindo o que foi exposto até aqui, poderia se afirmar o seguinte, em outras palavras: o aumento da composição orgânica do capital⁵ gera a redução percentual da força de trabalho em relação ao capital total aplicado, isto é, gera a redução percentual do único elemento do processo de trabalho que produz a mais-valia. Mantidas constantes as demais circunstâncias, como, por exemplo, o grau de exploração da força de trabalho, a redução percentual da força de trabalho conduz à redução percentual da mais-valia e, conseqüentemente, à redução percentual do lucro em relação ao capital total aplicado, expresso na queda da taxa de lucro.

⁵ A composição orgânica do capital é a relação entre o valor investido em meios de produção (capital constante) e o valor investido em força de trabalho (capital variável). Composição orgânica = capital constante / capital variável. Sua elevação é provocada pela concentração do capital em meios de produção.

Como se vê, nesse momento da exposição, que corresponde aos capítulos IX a XIII do Livro III, a tendência à queda da taxa de lucro aparece como consequência direta e exclusiva do desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, é impulsionado pela concorrência entre os setores capitalistas que buscam reduzir o valor de suas mercadorias. No entanto, conforme já salientamos, esse é um momento ainda abstrato da exposição sobre a crise econômica, abstração que será superada nos momentos subsequentes. No decorrer da Seção III essa explicação se mostrará insuficiente para compreender os fundamentos da crise, pois faltam ainda aqui algumas determinações que serão postas mais adiante.

Segundo estágio – eleva-se a concretude da análise

Na sequência da exposição, Marx incluirá importantes determinações na análise dos fundamentos da crise econômica. A pergunta que se faz no capítulo XV é de que maneira o capitalista pode se defender da queda tendencial da taxa de lucro. Como, afinal, poderá o capitalista aumentar a massa de lucro, diante de uma decrescente taxa de lucro?

Segundo Marx, uma das maneiras de aumentar a massa de lucro é acumular capital numa proporção superior à queda da taxa de lucro. Suponhamos⁶ um capital mundial da ordem de 1 milhão na primeira rotação⁷ que acumule 1,1 milhões da primeira para a segunda rotação, passando para 2,1 milhões, e concentre o valor em meios de produção (de 60% para 80% de capital constante). Neste caso, a diminuição pela metade da participação proporcional da força de trabalho (40% para 20%) é compensada pela acumulação

⁶ Parte-se aqui de um exemplo dado por Marx, com pequena modificação.

⁷ A rotação do capital é o movimento que inicia com a compra da força de trabalho e dos meios de produção, passa pela produção da mercadoria e finaliza com a sua venda, expressa na fórmula geral do capital: $D - M (FT + MP) \dots P \dots M' - D'$, onde D = dinheiro, M = mercadoria, FT = força de trabalho, MP = meios de produção, M' = mercadoria que contém mais-valia, D' = dinheiro em magnitude superior ao original.

do capital, que, como vimos, mais do que dobrou de uma rotação para outra (de 1 milhão para 2,1 milhões). Isso faz com que, apesar da diminuição relativa da força de trabalho, sua participação absoluta aumente, acréscimo este representado na quarta coluna da tabela a seguir (valor total do capital variável, que aumentou de 400 mil para 420 mil). Como há maior valor absoluto investido em força de trabalho na segunda rotação em relação à primeira, haverá um aumento proporcional da massa de lucro, admitindo inalteradas as demais circunstâncias, como o grau de exploração da força de trabalho. Isto ocorre porque a força de trabalho é o único elemento do processo de trabalho capaz de produzir mais-valia, a substância do lucro. Neste momento do movimento do capital, da primeira para a segunda rotação, a massa de lucro⁸ cresce (de 400 mil para 420 mil, de acordo com a última coluna da tabela a seguir), apesar da queda da taxa de lucro⁹ (de 40% para 20% conforme penúltima coluna).

Tabela 2: Relação entre capital social total, composição orgânica, valor total do capital variável, taxa de lucro e massa de lucro em duas rotações do capital.

	CAPITAL SOCIAL TOTAL	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA	VALOR TOTAL CAP. VARIÁVEL	TAXA DE LUCRO	MASSA DE LUCRO
1ª ROTAÇÃO	1 milhão	60c + 40 v	400 mil	40%	400 mil
2ª ROTAÇÃO	2,1 milhões	80c + 20 v	420 mil	20%	420 mil

Como se vê, somente a acumulação do capital em ritmo acelerado (de 1 milhão para 2,1 milhões) possibilitou aumentar a massa de lucro apesar da queda da taxa de lucro. A acumulação do capital é, portanto, uma maneira de reduzir os efeitos da queda da taxa de lucro. Esta não é, no entanto, a única forma de inibir estes nefastos efeitos. Outra forma abordada por Marx é o aumento do

⁸ Massa de lucro = capital total x taxa de lucro / 100

Para efeito de simplificação, considera-se aqui massa de lucro igual à massa de mais-valia.

⁹ Taxa de lucro (%) = $(\text{mais-valia} / \text{capital total}) \times 100$

grau de exploração da força de trabalho, medido pela taxa de mais-valia. Suponhamos que esta taxa passe de 100% para 110% da 1ª para a 2ª rotação. Neste caso, ao invés de 20%, a taxa de lucro seria de 21% e a massa de lucro aumentaria de 420 mil para 462 mil, aumentos decorrentes da elevação do grau de exploração da força de trabalho, conforme pode ser observado na próxima tabela, cujas diferenças em relação à tabela anterior são apenas as três últimas colunas.

Tabela 3: Relação entre capital social total, composição orgânica, valor total do capital variável, taxa de lucro e massa de lucro em duas rotações do capital mediante alteração da taxa de mais-valia.

	CAPITAL SOCIAL TOTAL	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA	VALOR TOTAL CAP. VARIÁVEL	TAXA DE MAIS-VALIA	TAXA DE LUCRO	MASSA DE LUCRO
1ª ROTAÇÃO	1 milhão	60c + 40 v	400 mil	100%	40%	400 mil
2ª ROTAÇÃO	2,1 milhões	80c + 20 v	420 mil	110%	22%	462 mil

Uma vez que a elevação do grau de exploração da força de trabalho é uma das formas de inibir os efeitos maléficos da queda da taxa de lucro, compreende-se, assim, a ânsia dos capitalistas em explorar os trabalhadores sempre no mais alto grau, combinando o prolongamento da jornada de trabalho, a elevação da intensidade do trabalho, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor e a redução do valor da força de trabalho. Assim, a relação antagônica entre a classe capitalista e a classe trabalhadora se manifesta da seguinte maneira: com o objetivo de reduzir os custos de produção (tabela 1), os capitalistas se veem obrigados a substituir trabalhadores por máquinas, o que estimula a queda da taxa média de lucro (tabela 1). Para evitar a queda da massa de lucro provocada pela queda da taxa de lucro, os capitalistas são obrigados a acumular capital em larga escala e aumentar o grau de exploração da força de

trabalho¹⁰ (tabela 3). É um círculo vicioso: demite-se trabalhadores, substituindo-os por máquinas, reduzindo, assim, a proporção da força de trabalho em relação aos meios de produção, o que provoca a redução da taxa de lucro, forçando os capitalistas a aumentar o grau de exploração daqueles trabalhadores que permaneceram empregados.¹¹

Como se vê, a totalidade da classe trabalhadora se torna vítima do capital, alguns por não terem direito ao trabalho, outros por terem o dever de trabalhar demais. Os meios de trabalho, como as máquinas e demais ferramentas, revelam-se aqui no seu verdadeiro papel, cumprindo a função de instrumentos de luta dos capitalistas contra os trabalhadores.¹² Na sociedade capitalista, o que *aparece* como direitos e deveres de proprietários privados transforma-se, em sua *essência*, no dever da classe dos proprietários dos meios de produção em manter o seu negócio funcionando, ou, em termos conceituais, o dever de garantir a continuidade do processo de autovalorização do valor. Este dever confere o direito de explorar ao máximo a classe proprietária da força de trabalho, cujo

¹⁰ Percebe-se aqui que, ao contrário de Proudhon, a crítica de Marx não se restringe a uma crítica moral ao capitalista, mas trata-se de uma crítica a um modo de produção da vida que se tornou incontrolável pelos indivíduos. Esta análise feita no Livro III esclarece a seguinte afirmação feita por Marx no Prefácio da Primeira Edição d'*O Capital*: “Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de *pessoas* à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas”. (MARX, 1985, p. 13. Grifos do autor)

¹¹ Mais uma vez, o Livro III ilumina o Livro I. No capítulo XXIII do Livro I Marx havia afirmado que a única maneira que a classe trabalhadora poderia se defender do capital seria por meio da união dos empregados com os desempregados. Aqui no Livro III a luta contra as demissões e pelo emprego revela-se como um antagonismo central da luta de classes, uma contradição da qual o capital é incapaz de superar, sobretudo nos momentos de crise econômica.

¹² Conforme Marx já afirmara no Livro I: “A maquinaria não atua apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar trabalhador assalariado ‘supérfluo’. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves, etc., contra a autocracia do capital”. (MARX, 1985, II, p. 51)

direito é se manter em condições de trabalhar, o que significa ter o direito de cumprir o seu dever de ser explorado.¹³

Continuando a analisar a tabela 3 acima, observa-se que a necessidade de acumulação em ritmo acelerado explica a importância do crédito para inibir a queda da massa de lucro. No exemplo da tabela, a acumulação restrita aos limites do próprio capital industrial seria insuficiente para aumentar a massa de lucro. Supondo a ausência de crédito e abstraindo o consumo pessoal do capitalista, o capital acumularia, da 1ª para a 2ª rotação, apenas a sua própria massa de lucro de 400 mil, passando de 1 milhão para 1,4 milhões. Isso ocasionaria uma queda da massa de lucro de 92 mil (de 400 mil para 308 mil), queda esta que provocaria, como veremos adiante, sérios entraves para a reprodução do capital. O crédito não possui, portanto, um papel menor na reprodução do capital.

A busca por massas crescentes de lucro estimula os capitalistas a contraírem empréstimos, acelerando, assim, o ritmo da acumulação de seus capitais. Por isso Marx supõe a acumulação em escala muito superior à mera capitalização da mais-valia. No nosso exemplo (tabela 4), cumprindo esta tendência, o capital mais do que duplicou da 2ª para a 3ª rotação, passando de 2,1 para 4,3 milhões, continuando a concentrar o valor em meios de produção (de 80% para 90% de composição orgânica). Embora a proporção do capital variável em relação ao capital total continue diminuindo, o valor absoluto do capital variável segue aumentando (de 420 mil para 430 mil), pela mesma razão do momento anterior [acumulação em proporção superior (de 2,1 para 4,3 milhões) à diminuição da proporção do capital variável (de 20% para 10%)]. A diferença

¹³ Percebe-se a inconsistência da noção dos direitos humanos considerados em sua forma pura, abstrata, como direitos inalienáveis do homem enquanto ser humano, ignorando, assim, o abismo das diferenças entre as classes. É nesse sentido que Marx ironiza, no capítulo IV do Livro I, os economistas que restringem sua análise à esfera da circulação, como o utilitarista Jeremy Bentham: “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham”. (MARX, 1985, I, p. 145)

entre a 3ª para a 2ª rotação é que a taxa de mais-valia diminuiu (de 110% para 100%), como se vê na tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Relação entre capital social total, composição orgânica, valor total do capital variável, taxa de lucro e massa de lucro em três rotações do capital mediante alteração da taxa de mais-valia.

	CAPITAL SOCIAL TOTAL	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA	VALOR TOTAL CAP. VARIÁVEL	TAXA DE MAIS-VALIA	TAXA DE LUCRO	MASSA DE LUCRO
1ª ROTAÇÃO	1 milhão	60c + 40 v	400 mil	100%	40%	400 mil
2ª ROTAÇÃO	2,1 milhões	80c + 20 v	420 mil	110%	22%	462 mil
3ª ROTAÇÃO	4,3 milhões	90c + 10v	430 mil	100%		

Por que o grau de exploração da força de trabalho tenderia a diminuir nesse momento? Que fenômenos teriam proporcionado melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores? Seria este o resultado de um processo consciente, isto é, teriam os capitalistas tomado consciência da necessidade de aumentar os salários e diminuir a extensão da jornada de trabalho e/ou da intensidade do trabalho? Ou, em outro sentido, teriam os trabalhadores se conscientizado e passado a lutar com mais ênfase por seus direitos? Para Marx, a diminuição do grau de exploração da força de trabalho em certo momento do processo de reprodução do capital é um fenômeno, até certo ponto, objetivo, ou seja, este é, de certa maneira, um fenômeno independente da consciência dos personagens deste drama chamado capitalismo.¹⁴

Quando o capital alcança o momento de sua maior atividade, período da chamada pletora do capital, momento caracterizado pela excessiva acumulação de capital (4,3 milhões), este demanda, conseqüentemente, força de trabalho em excesso (430 mil em

¹⁴ No capítulo IV do Livro I Marx refere-se ao drama de nossas vidas sob o capitalismo exposto em *O Capital*. (MARX, 1985, I, p. 145) Neste drama as pessoas apenas cumprem papéis como personagens que representam relações econômicas. (MARX, 1985, I, p. 80)

capital variável) (MARX, 1985, IV, p. 181), o que provoca a elevação dos salários, diminuindo, em consequência, o grau de exploração da força de trabalho (de 110% para 100%) e reduzindo, com ele, a massa de mais-valia apropriada (de 462 mil para 430 mil), conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: Relação entre capital social total, composição orgânica, valor total do capital variável, taxa de lucro e massa de lucro em três rotações do capital mediante alteração da taxa de mais-valia.

	CAPITAL SOCIAL TOTAL	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA	VALOR TOTAL CAP. VARIÁVEL	TAXA DE MAIS-VALIA	TAXA DE LUCRO	MASSA DE LUCRO
1 ^a ROTAÇÃO	1 milhão	60c + 40 v	400 mil	100%	40%	400 mil
2 ^a ROTAÇÃO	2,1 milhões	80c + 20 v	420 mil	110%	22%	462 mil
3 ^a ROTAÇÃO	4,3 milhões	90c + 10v	430 mil	100%	10%	430 mil

Cabe observar no exemplo da tabela 5 que, caso a taxa de mais-valia tivesse se mantido em 110% na 3^a rotação, a massa de lucro teria continuado a aumentar, alcançando os 473 mil (superior aos 462 mil da 2^a rotação). No entanto, esta não é a tendência. Com a diminuição do desemprego, os salários tendem a subir, e este é o detonador da crise econômica. O que ocasionou, portanto, a queda da massa de lucro foi a diminuição do grau de exploração da força de trabalho, provocada pelo aumento dos salários, que, por sua vez, foi consequência da diminuição da taxa de desemprego.

Ao perceberem que, apesar de terem elevado seus capitais totais (de 2,1 para 4,3 milhões), sua massa de lucro caiu de 462 para 430 milhões, os capitalistas param de acumular, como expresso na tabela 6.

Tabela 6: Relação entre capital social total, composição orgânica, valor total do capital variável, taxa de lucro e massa de lucro em quatro rotações do capital.

	CAPITAL SOCIAL TOTAL	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA	VALOR TOTAL CAP. VARIÁVEL	TAXA DE MAIS-VALIA	TAXA DE LUCRO	MASSA DE LUCRO
1ª ROTACÃO	1 milhão	60c + 40 v	400 mil	100%	40%	400 mil
2ª ROTACÃO	2,1 milhões	80c + 20 v	420 mil	110%	22%	462 mil
3ª ROTACÃO	4,3 milhões	90c + 10v	430 mil	100%	10%	430 mil
4ª ROTACÃO	4,3 milhões	90c + 10v	430 mil	100%	10%	430 mil

Como se vê, a impossibilidade de explorar a força de trabalho no mesmo grau ou num grau superior àquele anteriormente realizado é o que paralisa momentaneamente a acumulação de capital. Marx demonstra, assim, de maneira precisa, o momento da crise, a saber, o momento no qual a acumulação de capital se interrompe: “haveria superprodução absoluta de capital assim que o capital adicional, para os fins da produção capitalista, fosse = 0”. (MARX, 1985, IV, p. 181) Conforme a tabela 6, essa situação significaria uma aplicação do mesmo valor de 4,3 milhões na 4ª rotação do capital, ou, em outras palavras, significaria a ausência do capital adicional e a manutenção das demais condições durante a passagem da 3ª para a 4ª rotação.

Numa clara aplicação do método dialético, no capítulo XV do Livro III Marx supera a indeterminação contida nos capítulos anteriores, onde não se determinava em qual ponto da curva descendente da taxa de lucro a crise seria deflagrada. No entanto, essa superação é dialética, pois incorpora parte do que foi superado. Isso quer dizer que a tendência à queda da taxa de lucro exposta naqueles capítulos precedentes não deixa de ser um dos fenômenos que conduzem o capital à crise econômica, ou seja, a queda da taxa de lucro é um elemento condicionante da crise, embora não seja o fenômeno que determina seu momento específico. Para saber em

que ponto da curva descendente da taxa de lucro a crise será deflagrada é preciso observar outra curva, a curva da massa de lucro, influenciada pela curva do grau de exploração da força de trabalho, o qual, por sua vez, sofre determinação da taxa de emprego.

Neste capítulo XV a crise não seria mais decorrência de uma indeterminada queda da *taxa de lucro*, como aparecia nos capítulos IX ao XIII, mas de uma situação precisa na qual a massa de *lucro* deixa de aumentar.

Como se vê, somente analisando a queda da taxa de lucro é impossível estabelecer o momento da crise econômica. Entre a 1ª e a 2ª rotações a taxa de lucro já vinha declinando (de 40% para 22%), sem, no entanto, provocar a crise econômica. Somente quando a massa de lucro decresceu o capital entrou em crise. A crise expressa a incapacidade do capital se reproduzir abaixo de um grau mínimo de exploração da força de trabalho. Aquém desse nível surgem, como diz Marx, “perturbações e paralisações no processo de produção capitalista”. (MARX, 1985, IV, p. 183) O capital não suporta a diminuição do grau de exploração da força de trabalho causada, entre outros fenômenos, pela elevação dos salários viabilizada pela elevação da taxa de emprego. Quando as condições de vida dos trabalhadores demonstram uma relativa melhora, com salários e número de empregos crescentes, o capital entra em crise. O capital não suporta a situação na qual a força de trabalho permanece excessivamente ocupada, pois esta situação, que caracteriza os momentos imediatamente anteriores à crise, contraria os desígnios do capital, o fim último de se autovalorizar em escala sempre crescente.

Isso explica porque, segundo Marx, a superpopulação relativa ou população trabalhadora excedente é indispensável ao capital, uma condição necessária para manter rebaixados os salários e, conseqüentemente, manter um elevado grau de exploração da força de trabalho. Marx demonstra, assim, que acima da concorrência entre os capitalistas, a concorrência entre os

trabalhadores cumpre um papel determinante na eclosão da crise econômica. Quando a concorrência entre os trabalhadores diminui demasiadamente, em outras palavras, quando a taxa de desemprego diminui abaixo do suportável ao capital, provocando o aumento dos salários, sobrevém a crise, cujo objetivo é restabelecer a concorrência entre os trabalhadores em níveis condizentes com o processo de valorização do valor. O objetivo da crise é ampliar o exército industrial de reserva, tornar a superpopulação relativa suficientemente grande para reverter a curva da queda da taxa e da massa de lucro. A crise é, desse modo, a expressão da irracionalidade do capitalismo ao aumentar o desperdício da força de trabalho, único elemento do processo de trabalho que produz um novo valor antes inexistente.

Pode-se afirmar, sinteticamente, que o desenvolvimento sadio ou normal do processo de produção capitalista exige um grau de exploração da força de trabalho que viabilize a acumulação de capital em um grau superior à queda da taxa de lucro e, com isso, gere aumento da massa de mais-valia. (MARX, 1985, IV, p. 183)

Depois de descrever a maneira pela qual o capital entra em crise, cabe agora expor como o capital supera a crise. Para conseguir elevar o grau de exploração da força de trabalho a um nível que proporcione o aumento da massa de lucro, o capital precisa reduzir o número de trabalhadores empregados (que na tabela 7 está representado na queda do valor total do capital variável de 430 mil para 370 mil entre a 4ª e a 5ª rotação), recolocando a concorrência entre os trabalhadores da ativa e da reserva em um patamar satisfatório para o capital. Com isso, os salários diminuirão (fator que compõe, juntamente com o número de trabalhadores empregados, o “valor total do capital variável” da tabela 7) e, conseqüentemente, elevar-se-á o grau de exploração da força de trabalho (de 100% para 120%), proporcionando, assim, uma elevação da taxa de lucro (de 10% para 12%) e da massa de lucro (de 430 mil para 444 mil).

Tabela 7: Relação entre capital social total, composição orgânica, valor total do capital variável, taxa de lucro e massa de lucro em cinco rotações do capital.

	CAPITAL SOCIAL TOTAL	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA	VALOR TOTAL CAP. VARIÁVEL	TAXA DE MAIS-VALIA	TAXA DE LUCRO	MASSA DE LUCRO
1ª ROTAÇÃO	1 milhão	60c + 40 v	400 mil	100%	40%	400 mil
2ª ROTAÇÃO	2,1 milhões	80c + 20 v	420 mil	110%	22%	462 mil
3ª ROTAÇÃO	4,3 milhões	90c + 10v	430 mil	100%	10%	430 mil
4ª ROTAÇÃO	4,3 milhões	90c + 10v	430 mil	100%	10%	430 mil
5ª ROTAÇÃO	3,7 milhões	90c + 10v	370 mil	120%	12%	444 mil

Como se vê, ao contrário da análise costumeira, que identifica o momento da crise econômica como aquele no qual ocorrem as demissões em massa e a redução dos salários, para Marx estas correspondem ao momento no qual o capital está superando a crise, ao elevar novamente o grau de exploração da força de trabalho, elevando, conseqüentemente, a taxa e a massa de lucro. Apesar deste momento representado na 5ª rotação *parecer* ao senso comum como o momento da crise do capital, este é, em *essência*, o momento no qual o capital já transferiu a sua crise aos trabalhadores, o momento no qual o capital já se recompôs e criou as condições para nova acumulação.

Algo, porém, poderia dificultar a superação da crise pelo capital. Caso os trabalhadores, de forma generalizada, resistissem às demissões e ao rebaixamento dos salários, o capital enfrentaria extremas dificuldades para recolocar a massa de lucro em patamar superior. Apesar das reivindicações em torno da manutenção dos empregos e dos salários *aparecerem* para a classe trabalhadora como algo mínimo, como mera defesa de suas condições de vida, representam, para o capital, reivindicações impossíveis de atender, sobretudo nos momentos de crise econômica, reivindicações

profundamente contraditórias em relação à lógica interna de acumulação do capital. Afinal, dificilmente o capital suportaria manter-se em crise por período prolongado, o que significaria preservar uma situação na qual o desemprego e a massa de lucro permanecessem estagnados em níveis reduzidos.

Os momentos de superação da crise econômica são momentos nos quais o capitalismo expõe abertamente sua completa irracionalidade, por desprezar grande parte da potencialidade humana de criar a riqueza material, mantendo elevada a parcela da força de trabalho mundial desocupada. Como não poderia deixar de ser, considerando-se uma análise dialética, as forças que conduzem à crise do capital possuem contradições. Como diz Marx: “(...) no lugar da dificuldade que até agora ocupou os economistas, isto é, explicar a queda da taxa de lucro, aparece a dificuldade inversa, ou seja, explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida”. (MARX, 1985, IV, p. 168). Deve haver, continua Marx, “influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência (...)”. (MARX, 1985, IV, p. 168) Marx expõe, então, essas causas que contradizem a tendência à queda da taxa de lucro.

Contradições à queda da taxa de lucro

Das seis causas que contrariam a queda da taxa de lucro analisadas por Marx, quatro estão diretamente relacionadas à luta de classes, estreitamente ligadas entre si e com a argumentação exposta acima: 1) o grau de exploração da força de trabalho; 2) compressão do salário abaixo de seu valor; 3) superpopulação relativa; 4) comércio exterior. O aumento do desemprego ou superpopulação relativa (3) cria condições para a classe capitalista comprimir o salário abaixo do seu valor (2) e elevar, assim o grau de exploração da força de trabalho (1), o que corresponde, em conjunto, às três primeiras causas contrariantes à queda da taxa de lucro. Essas três formas de adiar o evento da crise econômica estão

ligadas ao prolongamento da jornada do trabalho, à intensificação da jornada, ao pagamento do salário abaixo de seu valor e à existência de uma população trabalhadora desempregada.

A quarta causa, o comércio exterior, possibilita o barateamento dos meios de subsistência necessários à classe trabalhadora por possibilitar que o país importe mercadorias mais baratas produzidas no estrangeiro. Com isso, reduz-se o valor da força de trabalho, elevando o que Marx denomina mais-valia relativa. Não é, portanto, a classe trabalhadora que se beneficia da redução do valor de seus meios de subsistência proporcionada pelo comércio exterior. Quem tira vantagem é a classe capitalista. Assim afirma Marx: com o comércio exterior “o país favorecido recebe mais trabalho de volta em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse a mais, assim como no intercâmbio entre trabalho e capital de modo geral, seja embolsado por certa classe”. (MARX, 1985, IV, p. 172)

Assim como as vantagens do barateamento dos meios de subsistência são apropriadas pela classe capitalista, o barateamento dos elementos do capital constante (meios e objetos de trabalho), quinta causa contrariante à queda da taxa de lucro, também beneficia essa mesma classe, por ser esta a única classe que compra meios de produção.

A sexta e última causa contrariante exposta por Marx é o “aumento do capital por ações”, que, da mesma maneira que a causa anterior, possibilita o aumento da escala da produção e, com isso, a redução proporcional dos custos de produção para cada alíquota do capital investido.¹⁵

Depois de ter exposto acima, sinteticamente, o movimento contraditório que conduz à crise do capital em suas formas ainda abstratas é necessário avançar ao conteúdo mais concreto e

¹⁵ Conforme foi detalhado por Marx no capítulo V do Livro III, o aumento da escala da produção possibilita a economia na geração de força, transmissão de força e em edificações, além de economia no reaproveitamento dos resíduos da produção.

determinado, conteúdo que serviu, conforme veremos, como pressuposto de toda a exposição.

Terceiro e último estágio da exposição – retorno ao concreto

No capítulo XV, onde Marx expõe as formas através das quais as contradições internas da lei da queda tendencial da taxa de lucro se manifestam externamente e tornam-se acessíveis a todos os olhos, a crise do capital aparece como resultado da luta entre a classe capitalista e a classe proletária, que atuam como personagens de um drama que elas próprias não controlam, ambas em luta concorrencial entre seus próprios integrantes e, simultaneamente, com os membros da classe antagonista.

Descrito como o momento mais concreto no qual se determinam de forma aberta as contradições entre as classes, momento que irrompe o antagonismo de classes de forma violenta, expresso nas demissões em massa, no rebaixamento dos salários, na falência de empresas, etc., o momento de crise do capital, apesar de ser um momento sintético, o momento sublime da dialética, torna-se, ao mesmo tempo, ponto de partida.¹⁶ À primeira vista, essa afirmação conduz à conclusão de que a crise representa o fim de um ciclo de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, o início de um novo ciclo. Para Marx, não se trata somente disso. Além de resultado, a crise econômica é também ponto de partida porque coloca na ordem do dia os princípios, os pressupostos do capitalismo, sem os quais ele não teria sequer se originado. A crise significa, diz Marx, a repetição, “só que elevada à segunda potência, da separação entre condições de trabalho e produtores, aos quais ainda pertencem esses pequenos capitalistas, já que entre eles o

¹⁶ Assim afirma Marx nos *Grundrisse* a respeito do que é o concreto: “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do contraditório. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida (...)” (MARX, 1989, I, p. 21)

trabalho próprio ainda desempenha um papel”. (MARX, 1985, IV, p. 177)

Durante a crise muitos capitalistas são expropriados. A expropriação de alguns capitalistas por outros ocorre porque durante a crise “o prejuízo se reparte de forma muito desigual” de maneira que enquanto um capital é aniquilado, outro se torna apenas momentaneamente ocioso e outro sofre somente um prejuízo relativo ou desvalorização transitória. (MARX, 1985, IV, p. 182) A aniquilação de muitos capitalistas causada pela crise econômica representa a expropriação violenta, a separação entre os produtores e seus antigos meios de produção.

Enquanto nos períodos de crescimento econômico, “quando tudo vai bem, há uma irmandade prática (entre os capitalistas) para dividir o despojo coletivo (arrancado da classe trabalhadora) *em proporção* à grandeza do que cada um empenhou”, durante a crise a repartição do prejuízo não segue qualquer regra, qualquer proporção. O que impera aqui é, como diz Marx, o “poder e a astúcia”. Durante a crise os capitalistas deixam de ser uma “irmandade prática” para se transformar em “irmãos inimigos” que lutam entre si, cada um tentando afastar de si a desgraça da falência. (MARX, 1985, IV, p. 182) A crise torna-se um momento de extrema fragilidade da burguesia, cuja unidade é abalada pela luta concorrencial.

Para explicar esse processo de expropriação de alguns capitalistas por outros capitalistas, Marx recorre ao capítulo XXIV do Livro I. A crise representa um retorno do processo que deu origem ao capitalismo, um retorno da acumulação originária do capital, significando a manifestação aberta e transparente da violência da luta de classes, oculta, em certa medida, nos períodos de reprodução normal do capital. No entanto, esse processo de separação entre produtores e meios de produção retorna sob uma forma diferente daquela ocorrida na origem do capitalismo: “(...) o que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente

autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores”. (MARX, 1985, II, p. 293). Assim comenta Marx no Livro III:

é essa separação entre condições de trabalho aqui e produtores lá que forma o conceito de capital: inaugura-se com a acumulação originária (Livro Primeiro. Capítulo XXIV), aparece depois como processo constante na acumulação e concentração de capital e por fim se expressa aqui como centralização de capitais já existentes em poucas mãos e como descapitalização de muitos (nisso é que agora se transforma a expropriação). (MARX, 1985, IV, p. 177)

Como se vê, Marx faz nesse trecho uma síntese de tudo o que foi exposto até aqui. Ao *acumular*, o capital substitui trabalhadores por máquinas, expulsando parte deles do processo produtivo. Em outras palavras, o capital *concentra* o valor produzido em meios de produção. As demissões representam uma das formas de separação violenta entre produtores e os meios de produção. Enquanto estão empregados, os trabalhadores têm acesso, ainda que momentâneo, durante a jornada de trabalho, aos meios de produção. Ao tornarem-se desempregados, os trabalhadores perdem absolutamente esse acesso, são totalmente separados do acesso aos meios de produção. A outra forma de separação se dá através da centralização do capital, por meio da compra, incorporação ou falência de empresas, expulsando alguns capitalistas do processo produtivo.

A tendência histórica do capitalismo é, segundo Marx, a continuidade desse processo de expropriação dos capitalistas por eles próprios, processo que “se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais”. (MARX, 1985, II, p. 293) A continuidade desse processo depende da participação ativa da classe trabalhadora, “sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (...) Soa a hora final da produção capitalista. Os expropriadores são expropriados”. (MARX, 1985, II, p. 294)

Como se vê, longe de representar uma utopia, a revolução socialista, considerada como a “expropriação dos expropriadores” é pensada por Marx como a continuidade de um processo que já está em curso, a expropriação dos capitalistas que, desde o século XIX, vem se realizando entre eles próprios. A revolução é compreendida como o aprofundamento das contradições de classes já existentes, contradições entre “a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho”, por um lado, e da forma privada de apropriação dos meios e do trabalho, por outro. Desse modo, a tendência histórica do capitalismo é a ruptura do “invólucro capitalista” (MARX, 1985, II, p. 294) baseado na propriedade privada das condições objetivas de trabalho e na valorização do valor.

A revolução socialista, considerada como tendência histórica da acumulação capitalista, como a ação do proletariado para expropriar aqueles que o vêm expropriando há séculos, significa, nesse sentido, um avançar para o princípio: o princípio que deu origem ao capitalismo, o princípio da violência da luta de classes, a violência que separou e continua separando os trabalhadores e os meios de produção. (BENOIT, 1996)

O princípio que está *pressuposto*, invisível e escondido atrás de todas as relações mais simples e cotidianas da vida dos trabalhadores no capitalismo é a *expropriação*, sua separação violenta dos meios de produção. Se a expropriação é o pressuposto do modo de produção capitalista, ele pode ser compreendido igualmente como o pressuposto de toda a obra madura de Marx, *O Capital*, desde o início do Livro I até o final do Livro III. (BENOIT, 1996) Afinal, o que estaria por trás das trocas mercantis que realizamos todos os dias (cf. seção I)? O que estaria por trás da “ficção jurídica do contrato” que regulamenta a compra e venda da força de trabalho (cf. seção II)? O que estaria por trás do prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho e do pagamento do salário abaixo de seu valor (cf. seções III a VII)? O que está por trás de todos esses

fenômenos é a violência originária expressa na separação entre os trabalhadores e os meios de produção.

Apesar do elevadíssimo grau de desenvolvimento tecnológico produzido pelos trabalhadores, que possibilita produzirmos as coisas em tempo extremamente reduzido, por que, afinal, os trabalhadores carecem de tempo livre? Por que falta tempo para conviver com os amigos, para realizar atividades lúdicas, para desenvolver as habilidades artísticas ou esportivas, enfim, por que falta tempo para desfrutar a vida? Porque, enquanto assalariados, os trabalhadores foram e são permanentemente separados dos meios de produção.

Assim, considerando o capítulo XXIV como o pressuposto de todo *O Capital*, as categorias lógicas elaboradas pela Economia Política, como o capital fixo e capital circulante (Livro II), preço de custo, taxa de lucro e preço de produção (Livro III), não passariam de meras formas mistificadas e ilusórias, cujo papel seria o de encobrir a essência das atuais relações de produção, isto é, velar a violência originária. É nesse sentido que Marx afirma o seguinte no início do Livro III: “As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção”. (MARX, 1985, IV, p. 21)

A crise econômica capitalista, por representar a manifestação visível do aprofundamento da separação entre produtor e meios de produção levada a cabo pela acumulação originária do capital, por representar o aprofundamento da expropriação dos próprios capitalistas, aqueles que vêm expropriando os trabalhadores desde a origem do capitalismo, abre, por isso, o caminho para a superação do próprio capitalismo.

Como se vê, não é mero acaso que na Seção III do Livro III, ao tratar da crise do capital, Marx refere-se ao final do capítulo XXIV do Livro I. Do ponto de vista metodológico, Marx estaria, no Livro

III, retornando ao princípio do capitalismo, à violência originária, que, sob nova forma, continua conduzindo todo o processo, a violência que é posta aqui como crise do capital, como possível momento de superação do capitalismo, como possibilidade da revolução socialista.

É nesse sentido preciso que o desenvolvimento dialético do Livro III aponta. Depois da Seção III que acabamos de discutir, Marx trata dos setores do capital subordinados ao capital industrial, como o capital comercial (Seção IV), o capital portador de juros (Seção V) e a propriedade fundiária (Seção VI), para, finalmente, encerrar o Livro III com um capítulo inacabado intitulado “As Classes”, o capítulo LII. Numa carta enviada ao seu amigo Engels em 1868, Marx afirma que sua intenção nesse capítulo final dos três livros era expor “(...) a luta de classes como conclusão, na qual o movimento se dissolve (e com ele ocorre) a dissolução da merda toda” (MARX, *apud* BENOIT, 1996, p. 40, grifo do próprio Marx).

Marx pretendia finalizar os três livros com um avançar ao princípio da revolução socialista, a expropriação dos expropriadores, assumindo no Livro III as formas mais concretas, mais próximas do capitalismo existente. É nessa perspectiva que Marx estudava a crise do capital, como um momento não desprezível do processo de superação desse modo irracional de produzir a vida, no qual uma parcela da classe trabalhadora é totalmente separada do mercado de trabalho, enquanto outra parcela se atrofia prematuramente de tanto trabalhar.

Bibliografia

BENOIT, Hector. “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. In: *Revista Crítica Marxista*, São Paulo : Brasiliense, nº 3, 1996.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo Veintiuno, 1989.

_____. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.